

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.

ATA Nº 061

PRESIDENTE – DEPUTADO WAGNER RAMOS

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Bom dia a todos!

Hoje dez de outubro de 2017, auditório Deputado Milton Figueiredo, Audiência Pública requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária com objetivo de apresentar relatório de cumprimentos das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, relativos ao 2º quadrimestre de 2017, pelo Sr. Gustavo Oliveira, Secretário de Estado de Fazenda, em cumprimento o que preceitua o paragrafo §4 do artigo 9 da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio 20000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta está Audiência Pública, requerida junto a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com objetivo de apresentar relatório de cumprimentos das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, relativos ao 2º quadrimestre de 2017.

Convido para compor a mesa Gustavo Pinto Coelho de Oliveira Secretário de Estado de Fazenda, cumprimento também todos os técnicos da Secretaria de Fazenda que estão aqui, agradecemos também a presença dos auditores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e também dos técnicos da comissão de Fiscalização do Orçamento. Convido também, para fazer parte da mesa o Nasser Okde, Consultor Legislativo do Núcleo Econômico.

Composta a mesa de honra, agradecemos as pessoas que nos assistem através da TV Assembleia. Convido o Secretario Gustavo Pinto Coelho de Oliveira, disponibilizado o tempo determinado necessário para fazer a sua apresentação.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom Dia...s/tmr...

1010au02.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... Bom dia, Exmº Sr. Deputado Wagner Ramos, que preside esta Audiência Pública, quero cumprimentar toda a plateia na Audiência Pública aqui hoje.

Estamos hoje cumprindo com a obrigação da Secretaria de Fazenda e do Governo do Estado de Mato Grosso para apresentar os números relativos ao cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre deste Exercício de 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

De maneira antecipada, todos sabem os números já foram publicados no *Diário Oficial* do Estado, já são públicos, e nós já cumprimos a Audiência Pública para que possamos sanar eventuais dúvidas ou observações. Então, esse é o nosso propósito aqui hoje.

Sem mais me alongar, vamos passar para a apresentação, por favor.

Como de costume, a apresentação está organizada com a apresentação das receitas, depois das despesas, os resultados e alguns indicadores relevantes até o 2º Quadrimestre deste ano fiscal.

Basicamente, temos que comentar um pouco sobre a peça orçamentária do ano 2017.

Quando ela foi elaborada, em meados de 2016, havia uma perspectiva de que a crise econômica se dissipasse com mais força, em especial, no primeiro semestre do ano de 2017, o que todos sabemos, principalmente, no cenário nacional acabou não acontecendo. Isso impacta receitas da União e repasses da União ao Estado de Mato Grosso.

Também notamos que no cenário econômico estadual muitas atividades que hoje já apresentam uma retomada mais forte das suas atividades econômicas, muitos segmentos, ainda no primeiro semestre não tinha essa performance. Isso justifica a frustração de muitos indicadores que veremos aqui hoje, mas que já tem uma tendência forte de recuperação em especial no segundo semestre de 2017.

Começando pela receita orçamentária bruta total, nós tivemos no quadro nós temos o realizado, registrado, contabilmente. E para efeito de comparação em termos reais, em azul, ela é corrigida pelo IGPDI. Em branco, são as colunas da previsão da Lei Orçamentaria de 2017, que, conforme eu disse, ela foi mais otimista do que a realidade acabou se demonstrando.

De maneira geral, de maneira comparativa aqui, em relação à receita real no ano de 2017, nós tivemos um decréscimo de 0,4% em termos do que foi corrigido. Mas em termos nominais de 2,4% de elevação, registrando .../nss

1010au03.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – ... em termos do que foi corrigido, mas em termos nominais de 2.4% de elevação registrando doze bilhões seiscentos e trinta e um milhões de reais. Aplicadas as deduções, municípios e o FUNDEB chegamos a uma receita orçamentária líquida de 9.736 reais, está 0,9% acima da do ano passado, mas em relação ao orçado está 7.2% do valor orçado para 2017, até agosto de 2017.

Temos ainda as receitas intra-orçamentárias que são despesas entre unidades orçamentárias do Poder Executivo, realizaram 1.257 bilhões, portanto 12,5% abaixo do previsto, mas ainda 3.3% acima em termos nominais e 0.5% em termos reais acima do previsto.

O que nos leva a uma receita total de 10.994 bilhões de reais, 3.7% acima de 2016 em termos nominais, 0.8% acima em termos reais, mais ainda 7.8% abaixo do estimado na LOA.

Um quadro demonstrativo dos repasses aos municípios. De ICMS no âmbito fiscal de 2016 até agosto tínhamos repassado 1.351,9 e neste ano de 2017 foram 1.384,4. Os repasses de IPVA também cresceram em torno de 20 milhões totalizando 289,7. O FUPIS como todos sabem ainda cresce na receita por extinção da legislação de recurso potável. O FETHAB no ano passado era registrado na contabilidade de geral do Estado em torno de 152,8 bilhões de reais, para este ano será feito o repasse direto pela unidade orçamentada da SINFRA e foram repassados 142,8 milhões de reais na nota de rodapé. Com isso, e a soma das transferências federais que cresceram quase 20%,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

mas tem o valor mais baixo, no total de 1.796 fechou 2017 com 1.698 mais os 142 do FETHAB que não compõe o quadro demonstrativo indicados aqui na nota do rodapé.

Descrevendo as receitas orçamentárias, não me alongarei a todos os números que são conhecidos já, mas os comentários relevantes da receita orçamentária corrente que apresentou um crescimento de 5% em termos nominais em relação a 2016 e 2.1% em termos reais, mas uma queda, uma frustração em relação ao orçado para a LOA fechando em 12.445 bilhões de reais frente a 11.857 do ano passado.

O destaque para a receita tributária que...

s/ drm

1010au04.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...em 14 milhões 445 milhões de reais, frente 11857 ano passado. O destaque para receita tributária em termos nominais subiu 2,5% praticamente estável em termos reais, uma queda pequena de 0,3% mais ainda 5% abaixo da previsão da LOA, essa é uma tendência que nós vamos olhar no último trimestre. A Receita começa de aproximar mais do orçado da LOA por um fenômeno de recuperação econômica e aumento da arrecadação.

Destaques para as transferências correntes, que caíram em termos reais de 12,5% nós vamos detalhar isso um pouco mais. As receitas de contribuições impulsionadas pelo FETHAB cresceram 28.1% em termos reais, e as demais receitas corrente cresceram 30.9%.

A grande frustração aconteceu nas receitas de capital, em especial em operação de crédito a união sinalizada no ano passado que transferiria as operações crédito para os Estados, esse recurso estaria disponível de maneira mais aguda no ano fiscal de 2017. Infelizmente por problema de caixa da União, problemas legais, essas ainda em especial repasses de programa do BNDES, ali outras linhas de crédito. Ainda não atingimos os níveis esperados para o ano fiscal de 2017.

O efeito ano passado já tínhamos realizado 368 milhões de reais quase de operações de crédito até agosto iniciando 168, o que representa em relação ao previsto uma queda de 64% uma vez que a previsão era de 443 milhões de reais.

As transferências de capital também frustraram em relação ao esperado a previsão era que crescesse, já realizaram 52.9 ano passado, a previsão da LOA era 332.7 até agosto, realizaram apenas 25, também é uma grande frustração e com as outras receitas nós tivemos para as receitas orçamentárias de capital uma frustração de quase 80% em relação a LOA, 62.4% em termos reais, 61.4% em termos nominais. No total da receita orçamentária computada as deduções que já foram detalhadas, nós tivemos ano passado até agosto 9 bilhões 389, este ano 9 bilhões 736, um crescimento 0.9, 3.7 em termos nominais, mas 7.2 abaixo da expectativa da Lei Orçamentária de 2017.

Pode passar para próximo, por favor!

As receitas tributárias, aí apenas alguns comentários a receita de ICMS praticamente estável, em que pese que tivemos decréscimo de consumo de combustível, energia e algumas outras importantes...s/tmr...

1010au05.tmr

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... em que pese tivemos um decréscimo do consumo do combustível, energia e algumas outras importantes é componentes da matriz de ICMS. O esforço de recuperação fiscal em outras áreas, principalmente, da recuperação de tributos e aumento da arrecadação espontânea por ações de cobrança da Secretaria de Fazenda ajudaram a sustentar esse número. E o IPVA apresentou um crescimento de 7% em relação ao ano de 2016, também com ações de cobrança da SEFAZ e da Procuradoria-geral do Estado; o ITCD uma queda de 10,9% e o Imposto de Renda, que aqui está detalhado folha de pagamento e pessoa jurídica um acréscimo de 7,3%, fechando, então, todas as receitas tributárias inclusive as taxas com um crescimento de 12,5% em termos normais numa estabilidade que é uma queda pequena de 0,3% em termos reais mais ainda 5% abaixo dos valores previstos na LOA.

Quanto às transferências correntes, nós até o final de agosto, em 2016, tínhamos de FPE recebido 1,208 bilhões de reais, e neste ano 1,314 bilhões de reais. O que representa um leve acréscimo em torno de 5,8%, praticamente, igualando o valor orçado, que era de 1,318, um crescimento de 8,8% em relação ao ano passado. Em que pese que o ano fiscal de 2016 não foi um excelente ano em termos de repasse de FPE.

As maiores frustrações estão no FUNDEB. Tínhamos orçado um crescimento em relação ao ano de 2016, até agosto, um pouco menos de 110 milhões de reais e, na verdade, eles decresceram 90 milhões de reais. Então, uma frustração de 8,1% em termos nominais, 17,6% em relação ao orçado e 10,6% em termos reais.

Também nos SUS, tivemos frustrações. Quase 20% abaixo do orçado por ano, e caindo 5,5% em termos nominais em relação. E aqui a explicação para que o Tesouro tenha que comportar, o Secretário Guilherme vem nos acompanhar. Aqui a explicação para que o Tesouro do Estado tenha que aportar mais recursos, principalmente, no Sistema de Saúde e educação recursos próprios, uma vez que as transferências correntes têm se frustrado em relação à lei orçamentária.

Lei Kandir se comportando dentro do esperado.

O FEX, temos uma promessa do Ministério da Fazenda .../nss

1010au06.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... dentro do esperado, no FEX temos uma promessa do Ministério da Fazenda de encaminhamento da Lei ainda nesta semana o Congresso Nacional e a aprovação de tramitação em regime de urgência para crédito no âmbito de outubro do ano passado recebemos duas parcelas do FEX, fato inédito até então que ajudou muito a fechar as contas de Governo. Iniciando devemos ter apenas um dos repasses. A tendência é que se repasse o valor que historicamente já estava constituído em torno de 1.900 bilhões de reais para todo o Estado, o que significa pouco mais de 300 milhões para o Estado de Mato Grosso na divisão da participação, mais cem milhões de reais aos municípios que devem acontecer no último quadrimestre do ano.

Algumas outras receitas de menor conta, mas convênios, IPI e outras transferências correntes, sem nenhum grande destaque aqui pela conta, mas no total pode observar uma frustração em torno de 10% do total das transferências federais e isso pressiona mais uma vez a caixa própria do Estado, o tesouro estadual tem que suprir essas áreas porque não podemos especialmente em tempos de crise econômica suprimir serviços em áreas como a educação, saúde e segurança. Comentamos isso um pouco mais a frente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

As receitas de contribuições estão detalhadas, basicamente o destaque é o FETHAB que ano passado a dobra do FETHAB só funcionou durante praticamente metade do ano fiscal e esse ano desde o começo do ano, o que fez com que tivéssemos um acréscimo 614,5 milhões para 1.020 bilhões de reais neste ano. Um crescimento de 66% em termos nominais. De maneira geral, as receitas de contribuições impulsionadas pelo FETHAB cresceram quase 32% em relação ao ano passado fechando em 1 bilhão e meio.

As receitas patrimoniais tiveram um crescimento de mais de 30% aqui em termos nominais em comparação às orçadas basicamente impulsionadas pelo componente de receitas diversas. Aqui diversas ações de cobrança do Estado têm impulsionado esses indicadores.

Algum comentário, Anésio? Basicamente são as ações de cobrança do Estado, revertendo valores importantes para o caixa do Estado e para suprir parte da falta daquelas transferências federais. As receitas de serviços cresceram em torno de 5% em termos reais. As receitas patrimoniais decaíram 16% também abaixo do projetado na LOA, quase metade apenas do que foi projetado na LOA. E as receitas agropecuárias embora tenha crescido em torno de 25% ainda têm uma frustração...

s/ drm

1010au07.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...25% ainda tem uma frustração de 9.4% em relação a lei orçamentaria anual.

Por favor, próximo!

Passamos então, a execução orçamentaria olhando para o quadro das despesas. Despesas correntes liquidada em 2016, totalizaram 7 bilhões 546 milhões de reais, e no ano de 2017, já somam até agosto 8 bilhões 882. Destaque para rubrica de pessoal em cargos sociais cresceu quase 10% em termos de reais.

Tivemos uma boa economia em julho, os encargos da dívida fruto do que pode ser o benefício, se aderimos definitivamente a Lei Complementar 156, um alívio importante em relação o ano anterior, quando tínhamos liquidado 254.2 milhões de reais e nesse ano 213 ficando ainda acima do que estava orçado para LOA, mas dentro do esperado diante da demora da renegociação de outras dívidas com união. E o ADC 1, 518 ano passado, já liquidamos 1,946 este ano, um aumento em termos reais de quase 4.7%.

Nas despesas de capital a frustração que acompanha a falta das operações de crédito e das receitas de capital, basicamente 62% abaixo do que estava previsto na LAO, mas ainda sim um crescimento real de 10.2%, 831 milhões de reais frente a 733 no ano passado. Sendo que investimentos de 340 milhões fomos para quase 440 e de amortização da dívida praticamente o valor estável em relação ao ano passado.

Total de despesas orçamentaria, um crescimento de 11.8% em termos reais totalizando 9 bilhões 513 milhões de reais liquidados e uma despesa total de 10 bilhões 956 milhões de reais um crescimento real de 11% em relação ao ano passado.

É importante fazer dois comentários aqui, realmente com crescimento do orçamento nós esperávamos ter uma capacidade de investimento maior para este ano fiscal de 2017, se frustrou, primeiro o tesouro teve que aportar recursos para suprir as áreas de saúde, educação, tiveram repasses federais frustrados, tivemos também aumento de gasto em segurança que nos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

veremos mais a frente e com a falta da alteração de crédito, a capacidade de investimento vem se reduzindo no cenário estadual...s/tmr...

1010au08.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ...a capacidade de investimento vem se reduzindo no cenário estadual.

Alguns gráficos para que nós tenhamos noção dessa evolução.

A primeira despesa pessoal comparada com a receita tributária líquida eram praticamente iguais no ano fiscal de 2014. A partir daí a despesa com pessoal assumiu uma trajetória de crescimento superior da receita tributária líquida. Aqui já deduzidas as transferências aos municípios e as renúncias fiscais. O que nos leva a um comportamento acumulado em termos percentuais de crescimento da despesa pessoal de 99,4% de 2014 a 2017, frente a um crescimento acumulado de 70,34% da receita tributária líquida acumulada.

Aqui nós encontramos, Deputado, basicamente, uma das grandes fundamentais da PEC do Teto dos Gastos que é inverter essa curva e fazer com que a receita tributária se recupere quando com uma velocidade maior do que despesa de pessoal e também de custeio que vamos ver mais adiante.

Aqui é por Poder, total do Estado. As despesas com pessoal e encargos subiram de 4.851 em 2015 para 5.733 em 2016 e já 6 bilhões, 522 em 2017. Por efeito da inflação, os anos de 2015 e 2016 tiveram uma evolução grande em especial pela RGA, a recomposição inflacionária, que nós vemos uma tendência de crescimento menor mais ainda um crescimento muito alto.

Dentro do Executivo, de 4.200 fomos para 5 bilhões, 583 em dois anos. Dentro do Judiciário de 415 para 565 milhões de reais.

Ministério Público, de 149 para 183, praticamente; Assembleia legislativa, de 24,8 para 78,3 milhões de reais e o Tribunal de Contas do Estado de 82,6 para 111, 9 milhões de reais. Esse é o quadro de acompanhamento do crescimento desde o ano fiscal de 2015.

Em termos de variação do serviço da dívida.

Com o benefício da renegociação que se materializa com a adesão final do Estado ainda neste ano, com a Lei Complementar nº 156, nós tivemos uma redução do serviço da dívida de 662 milhões de reais em 2015. Já algum efeito em 2016 para 647; em 2017, 604 para 605 no acumulado.

Nossa expectativa é que o benefício fiscal acumulado com queda da variação de serviço da dívida.../nss

1010au09.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... no acumulado, nossa expectativa é que o benefício fiscal acumulado com queda da variação de serviços da dívida e a amortização até final de 2018 possa passar de 1 bilhão, talvez atingindo 1.300 bilhões de reais.

Aqui um quadro demonstrativo, só de um dos componentes de renegociação da dívida do que hoje é o Estado dentro da Lei Complementar nº 148, é essa amortização prevista de acordo com a regra da LC 148, se conseguirmos migrar para a Lei Complementar nº 156. Esse é o plano de desembolso. O impacto ano a ano está aqui relacionado nessa coluna podemos ver que só da migração da 148 para a 156 podendo ir até o final do ano fiscal de 2018 um benefício de mais de meio bilhão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Combinado com a PEC do Teto dos Gastos, esse meio bilhão de reais de economia basicamente poderão se usados para quitar restos a pagar com os fornecedores, fazer investimentos. Esse é o espírito da PEC, que tenhamos esse recurso disponível.

Se não aderirmos à Lei Complementar nº 156, no final do ano fiscal de 2017, teremos que devolver aos cofres do Tesouro Nacional 393 milhões de reais, isso é praticamente o FEX inteiro mais cem milhões de reais que deixam de ficar aqui no Estado e voltam para a União.

Temos ainda outras renegociações com o BNDES, um caixa econômico em andamento e assim que elas forem sendo aprovadas pelo Tesouro Nacional nós passaremos todos esses números à equipe.

Também com o Banco Mundial uma negociação para o ano de 2018 de renegociação da dívida dolarizada do Estado basicamente um alongamento de 20 anos com uma taxa de juros menor de 5, e cai para 2% ao ano. Isso fará com que mesmo esticando 20 anos o pagamento da dívida tenhamos ao final do processo pago o menos do que está previsto com a regra agora do Bank Of America até 2022.

Aqui podemos ver o efeito do crescimento da despesa de pessoal de uma maneira geral das despesas primárias, mas notando que as despesas de pessoal do Estado crescem em um ritmo muito maior do que as outras despesas correntes. Isso faz com os serviços sejam precarizados e que obviamente o Estado tenha dificuldades cada vez maiores para fazer com que as despesas primárias caibam dentro das receitas, elas já não cabem na receita tributária líquida própria, mostrei ali atrás, essa é a compreensão que é feita. Tudo isso ao custeio da máquina pública do Governo.

Em relação à evolução com a mesma comparação anterior, tivemos para pessoal do ano fiscal de 2015 até agosto de 2017 um crescimento...

s/ drm

1010au10.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...do ano fiscal de 2015 até agosto de 2017, um crescimento de 55,3% um esforço muito grande foi feito no primeiro ano de governo com redução de contratos, cortes de despesas, que fez com que tivesse um decréscimo no primeiro ano de 6,3% depois um aumento de 3,1 e aí finalmente um crescimento acumulado de 32,5% das chamadas outras despesas correntes do ADC acumulado nesse três anos. Se não fosse esse primeiro esforço fiscal de renegociação de contratos, cortes de despesas estaria ainda muito mais pressionado com as despesas correntes.

Olhando o grupo de liquidação está o segundo quadrimestre, nós tivéssemos pessoal e encargos 69%, eram 70% no segundo quadrimestre de 2016. E no primeiro quadrimestre de 2017, 73%. As outras despesas correntes 20% eram 18 e 16. Serviços da dívida em terno de 6% e 5% para investimento e inversão. Investimento realmente entre 2 e 3% um nível muito baixo de execução de investimento para o Estado.

Olhando a despesa liquidada, total ela já foi de sete bilhões em 2015 oito bilhões e duzentos e oitenta em 2016, e nove bilhões e meio no ano fiscal de 2017. Com 69% pessoal, 20% de ADC, 5 de investimento, 4 de amortização da dívida e 2 dos juros da dívida **performando** 6% do total de gasto com a dívida. É um nível de investimento muito baixo, para um Estado que demanda tanto investimentos não só em infraestrutura, mas reformas de hospitais, escolas e tantas outras estruturas que precisam, nós precisamos ganhar espaço fiscal principalmente para investimentos isso é o efeito mais esperado da PEC do Teto de Gastos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Num demonstrativo sobre a questão dos repasses aos poderes, nós tínhamos previstos em 2016, um repasse de 2 bilhões 580, repassemos em 2016, 2 bilhões 090 em 2017 depois da chegada do FEX, os ajustes que foram feitos em relação aos atrasos 150 milhões de reais já foram repassados e faz com que hoje tenhamos um estoque de dívida do duodécimo com os Poderes que também é objeto de tratamento na PEC de 335 milhões de reais aproximadamente.

A proposta encaminhada na PEC é que 20% dos excessos de arrecadação...s/tmr...

1010au11.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... 20% dos excessos de arrecadação sejam destinados à amortização dessa dívida. Pelas projeções nós podemos fazer isso no intervalo entre dois e três anos, Guilherme. Mais ou menos é o ritmo que deve acontecer.

Olhando este ano o total devido, em 2017, 2 bilhões, 340. Já foram repassados 1 bilhão e 426. A partir de 1º de setembro, tínhamos ainda a repassar aos Poderes mais 913 milhões de reais.

E passamos depois da execução das despesas aos indicadores de avaliação fiscal. Um superávit de 37,6 milhões de reais, um resultado primário de 346 milhões de reais, ainda com uma aproximação em relação à meta total para o exercício de 850 milhões de reais, mas a essa altura nos parece muito difícil atingir a meta de resultado primário para o exercício fiscal de 2017.

Temos ainda de janeiro a agosto um estoque de restos a pagar de 1 bilhão, 301 milhões de reais, e é fundamental a ação da PEC para que nós possamos deixar de pagar isso em dívidas e reduzir um montante de restos a pagar, principalmente, que são eminentemente folha e os fornecedores do Estado, lembrando como o Executivo paga a folha no dia 10, o empenho é feito no mês corrente e a liquidação de pagamento no mês seguinte.

Quanto à dívida consolidada, ainda fica confortável. 32,6% da receita corrente líquida é o total da nossa dívida consolidada líquida, que fecha em 4 bilhões, 300 milhões de reais, aproximadamente, cumprindo todos os parâmetros do Tesouro Nacional em torno de 6% da receita comprometida com isso. Quero dizer que o nosso problema fiscal não é oriundo do excesso de pagamento de dívida, amortizações e juros, porque o nível está muito abaixo do limite em torno de 11% e em torno de 6%. Então, a dívida tem um confortável desembolso, tem um cronograma razoável, mas esse é o grande alívio que a União vai dar para a Lei Complementar nº 156 aos estados.

Os estados que estão mais obviamente endividados e que tinham parcelas maiores de dívidas a pagar acabaram sendo mais beneficiados com a Lei Complementar nº 156 que trata só de renegociação de dívidas com alívios aos estados.

A RCL apresenta acumuladamente de janeiro a agosto uma frustração de 0,6%.../nss

1010au12.nns

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - ... de janeiro a agosto uma frustração de 0,6%, só 50 milhões, mas como detalhado anteriormente com esforço próprio do Estado para suprir as deficiências principalmente nas transferências da União para o Estado de Mato Grosso, o que reduz o espaço orçamentário do Tesouro Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Os principais indicadores, na saúde com um mínimo constitucional de 12% e é normal que a saúde demore um pouco mais no começo do ano fiscal a liquidar valores do ano fiscal de 2017, mas já aplicou quase oitocentos milhões de reais refazendo até final de agosto 11.9%. De educação com um mínimo de 26%, já aplicou 1.842 bilhões de reais, 27.6% do total.

Pedi para fazer aquele quadro de evolução, aqui colocamos também segurança como indicador porque embora não tem uma vinculação mínima constitucional. É uma das funções essenciais do Estado. Aqui podemos ver claramente que saúde, segurança e educação tem sido uma grande prioridade deste Governo consumindo 62.2% do total dos valores liquidados fechando em 4.158 bilhões. Nota para a questão da segurança, tem tido um incremento sistemático principalmente depois em termos percentuais de 2013 a 2014 para cá fechando com um percentual de 22.7% do total acumulado, era 21.5% no ano de 2016, 18.8% em 2015, 16.4% em 2014 e 15.8 no ano anterior.

Tudo indica que cumprimos os mínimos constitucionais de saúde e educação e esse é o total das principais despesas liquidadas do Estado fechando aí nas três principais 62%.

Olhando o histórico de aplicação em saúde e educação até o final do ano fiscal, do terceiro quadrimestre não tivemos problema nos anos anteriores, fechando o ano com mais 12% em saúde e mais de 25.5% ano passado, 29% no ano fiscal de 2016 e esse ano 27.57%.

Somando segurança, saúde e educação em barras cumulativas, se 2013 representava um pouco menos de 4 bilhões de reais, já no ano de 2015 mais de 5 bilhões de reais, em 2016 fechamos quase com seis e meio bilhões ao total. Em 2017 já atingimos mais de 4 bilhões de reais no segundo quadrimestre, o que equivale dizer que em quatro...

s/ drm

1010au13.drm

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -...em 2017, já atingimos mais de 4 bilhões de reais no 2º quadrimestres, o que vale a dizer que em quatro anos nos aumentamos os gastos nessas áreas essenciais do estado de tal forma que até o 2º quadrimestre liquidou mais do que se executou em todo ano de 2013, nessas áreas importantes sociais.

Vou fazer apenas... fazer apenas um comentário rápido, a execução de saúde tem conversado muito com Secretaria de Saúde, dada a nomeação do Secretário Luiz Soares, ele nos pediu um tempo para que pudesse reorganizar os procedimentos dentro da Secretaria isso fez com que durante algum tempo as liquidações acontecesse em ritmo menor.

Mas já para esse 3º quadrimestre a tendência é de aumento das liquidações na área de saúde, o governador tem compromisso em especial com a transferência do FEX e com algumas outras estratégias de busca de nova receitas para que possamos aumentar os investimentos ainda, as liquidações na área de saúde, reduzindo passivo.

De 2014 para 2015, havia na Secretaria de Saúde, resto a pagar na ordem de 300 milhões de reais, hoje eles estão estimados em torno de sessenta milhões de reais, esse é o déficit que a saúde precisa cobrir até o final do ano fiscal de 2018 e o teto dos gastos obviamente ajuda nisso.

Em termos percentuais essa //então saúde em torno de 12%, indo para 13.7 ano passado, gastos crescente com segurança, como não poderia deixar de ser num Estado com a dimensões da nossa, com a força policial muito a quem do necessário, principalmente quando assumis em 2015 o governo e a educação 29 ano passado e 27.6 já no acumulado este ano, compondo ai as três principais despesas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

Em relação aos percentuais, aos limites da lei de responsabilidade fiscal, Poder Executivo já atinge 47.39%, isso já passa do primeiro limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal e algumas medidas já precisam ser efetivamente disparadas pelo Poder Executivo para contenção de gasto com pessoal.

A nossa perspectiva para o ano de 2018 e o seguinte, a lei de teto de gastos combinada com recuperação da receita e principalmente a própria e a receita da união pela recuperação econômica do país. Faça com que esse índice volte a decair e se acomodar.

Poder Judiciário 5.7 de 6 que é o limite, Assembleia legislativa 1.52 de 1.77 que é o limite. Tribunal de Contas em 1.08 de 1.23, e o Ministério Público de 1.62 de 2%.

Olhando a despesa total com pessoal do Poder Executivo a partir de 2016, com entendimento da Resolução...s/tmr...

1010au14.tmr

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA -... a partir de 2016 com o entendimento da Resolução nº 28, do Tribunal de Contas, nós tivemos um rebaixamento do indicador. Em termos percentuais ele caiu, em termos absolutos não. Quer dizer, a despesa continuou sendo executada, mas a fração relativa ao Imposto de Renda deixou de ser computada como percentual de gastos em despesas e nós podemos ver em azul a trajetória pelos parâmetros do Tesouro Nacional; em verde, os índices apurados pela metodologia do Tribunal de Contas.

Essa é uma observação que o Tesouro Nacional faz que nós temos que fazer a convergência da metodologias no país inteiro. Não é certo que o Imposto de Renda seja realmente computado como percentual de despesa de pessoal. Essa é a discussão no Tesouro Nacional. Qual é a padronização de metodologia que pode ser feita. Então, nós precisamos efetivamente, atendendo a Resolução do Tribunal de Contas do Estado, estamos enquadrados dentro, bem confortavelmente, do limite. Mas já com uma tendência para o 2º Quadrimestre de que possamos superar a questão que está acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para o Tesouro Nacional.

E com isso, encerro os indicadores principais, as maiores questões. Estou à disposição dos senhores presentes para quaisquer questionamentos.

Eu quero agradecer a equipe técnica da Secretaria de Fazenda pela elaboração dos dados. Os dados já foram publicados no balanço. E a partir de agora essa apresentação está disponível no *site* da Secretaria de Fazenda para dar um *download* e consultas.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) – Muito obrigado, Secretário Gustavo de Oliveira!

Quero cumprimentar, em tempo, o Secretário Guilherme Frederico Müller, Secretário de Estado de Planejamento, que está conosco.

Eu abro a discussão, de repente, se alguém gostaria de fazer uso da palavra, fazer alguma pergunta, está à disposição.

Não havendo que queira questionar, fazer uso da palavra, damos por encerrada esta apresentação.

Agradecemos a todos os presentes! E, mais uma vez, muito obrigado a todos pela participação.

Está encerrada esta Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE
DE 2017, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, ÀS 09H.
(TEXTO SEM REVISÃO)

- Dircilene Rosa Martins;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Revisão:

SEM REVISÃO